

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.058 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **MUNICÍPIO DE CALDAS**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CALDAS**  
**RECDO.(A/S)** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

**“DIREITO CONSTITUCIONAL – DIREITO ADMINISTRATIVO – REEXAME NECESSÁRIO – APELAÇÃO – MUNICÍPIO DE CALDAS – LANÇAMENTO DE ESGOTO NO RIO VERDE – DANO AO MEIO AMBIENTE – OMISSÃO DO PODER PÚBLICO – CONFIGURAÇÃO – OBRIGAÇÃO DE TRATAR O ESGOTO – CABIMENTO – AUMENTO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO E REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA – POSSIBILIDADE – CUSTAS – FAZENDA PÚBLICA – ISENÇÃO – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO PREJUDICADO. Comprovado que o esgoto originado do Bairro Pocinhos do Rio Verde, localizado no Município de Caldas, está sendo lançado no Rio Verde, sem receber tratamento, e demonstrada a inércia do Poder Público, que durante os anos de tramitação do inquérito civil público e do processo judicial não adotou medida concreta para solucionar o problema, justifica-se a imposição de obrigação de fazer à Municipalidade, a fim de fazer cessar os danos ambientais. Constatado que o prazo para cumprimento da decisão se mostra exíguo, e o valor da multa diária desarrazoado, o aumento daquele e a redução deste são medidas que se impõe. Os entes públicos da administração direta e indireta**

**ARE 917058 / MG**

**dispõem de privilégio legal de isenção de custas (artigo 10, lei estadual 14.939/03)."**

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 2º, 30, IV e IX; e 167, I, da Constituição.

O recurso extraordinário é inadmissível, tendo em vista que a solução da controvérsia demanda a análise da legislação infraconstitucional aplicada ao caso e a reapreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF), procedimentos inviáveis em sede de recurso extraordinário.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator